

**Setor de Licitações**

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
*nº 90041/2026*

**CONTRATANTE (UASG: 985821)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO

**OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médico-veterinários de castração de cães e gatos, machos e fêmeas, com implantação de microchip de identificação, a serem realizados por meio da Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde — Castramóvel pertencente ao Município de Cantagalo-RJ, abrangendo os cinco distritos e o Bairro Novo Horizonte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 168.061,92 (cento e sessenta e oito mil sessenta e um reais e noventa e dois centavos)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 15/06/2026 às 13h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço global

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

Não

**Setor de Licitações**

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026**

**Sumário**

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
9. DO TERMO DE CONTRATO .....	18
10. DOS RECURSOS .....	19
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	22
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	22

**Setor de Licitações**

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026**

Processo Administrativo nº 617/2026

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Cantagalo, por meio do Setor de Licitações, sediado na Rua Vereador Francisco Eugênio Vieira, nº 300, Sala 101, Centro, Cantagalo/RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 3.982/2023, da Portaria Municipal nº 9.980/2024 e demais legislação aplicável, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A sessão pública será realizada por meio do Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, e terá início às 13 horas, no horário oficial de Brasília/DF, em 15/06/2026.

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médico-veterinários de castração de cães e gatos, machos e fêmeas, com implantação de microchip de identificação, a serem realizados por meio da Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde - Castramóvel pertencente ao Município de Cantagalo-RJ, abrangendo os cinco distritos e o Bairro Novo Horizonte, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	U/S.	QUANT.	VR. UNIT.	VR. TOTAL
01	Prestação de serviços médico-veterinários de castração de cães e gatos, machos e fêmeas, com implantação de microchip de identificação, a serem realizados por meio da Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde - Castramóvel pertencente ao Município de Cantagalo-RJ, incluindo equipe técnica, insumos, medicamentos, materiais cirúrgicos, microchips, suporte pós-operatório e demais elementos necessários à plena execução do objeto.	Procedimento	624	269,33	168.061,92
<b>VALOR DA CONTRATAÇÃO POR 12 MESES</b>				<b>168.061,92</b>	

1.3. O detalhamento dos quantitativos, das especificações técnicas, das condições de execução, dos requisitos da contratação, das obrigações da contratada e das demais exigências necessárias à execução do objeto encontra-se descrito no Termo de Referência.

1.3.1. Os licitantes deverão atentar-se somente às descrições contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, para elaborarem suas propostas, pois as descrições dos CATMAT/CATSER nem sempre são totalmente compatíveis com o solicitado.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores — SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder imediatamente à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou quando estes se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. A presente licitação é de ampla concorrência.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual — MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e de seu(s) anexo(s);

2.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026

2.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.8.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público — OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.11. pessoas físicas;

2.8.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.4 e 2.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.8.4 e 2.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua, como encargo do contratado, a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional, com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026

2.15. A vedação de que trata o item 2.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 168.061,92 (cento e sessenta e oito mil, sessenta e um reais e noventa e dois centavos), correspondente à estimativa de 624 procedimentos, ao valor unitário estimado de R\$ 269,33 (duzentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavos), conforme Termo de Referência.

### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.5.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário e total do item;

5.1.2 Descrição do objeto contendo as informações conforme especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos necessários à plena execução do objeto, inclusive equipe técnica, responsável técnico, auxiliares, insumos, medicamentos, anestésicos, analgésicos, materiais cirúrgicos, microchips, leitor de chip, materiais de higiene, assepsia, antisepsia, esterilização, equipamentos, EPIs, suporte clínico emergencial, ações de educação em saúde, operação do Castramóvel, transporte, combustível, motorista, abastecimento de água e energia, limpeza, higienização, acondicionamento e destinação adequada dos resíduos, manutenção preventiva e corretiva da unidade e dos equipamentos, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e quaisquer outros custos diretos ou indiretos necessários à execução contratual.



## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. O critério de julgamento será o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026

- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será aquele registrado no sistema Compras.gov no momento do cadastramento do certame.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.10.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.10.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, quando for o caso.
- 6.10.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.10.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pela Lei Municipal nº 1.372, de 2017.

6.17.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.3 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026

6.20.2 empresas brasileiras;

6.20.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, na legislação correlata e no item 2.8 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e.

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1 conter vícios insanáveis;

7.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.6.5 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.6 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.6.7 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026

7.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, que consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

### Habilitação Jurídica

8.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.1.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.1.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.1.9 Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas**;

8.1.10 Prova de **regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à



**Setor de Licitações**

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026**

Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.1.11 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

8.1.12 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.1.13 Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.14 Prova de **regularidade com a Fazenda Estadual / Distrital e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.1.15 Prova de **Regularidade com a Dívida Ativa com o Estado** do domicílio ou da sede do Licitante ou certidão com restrição;

8.1.16 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.1.17 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

8.1.18 certidão negativa de **falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.1.19 **balanço patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **dois últimos exercícios** sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026

8.1.20 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação a comprovação de que possui capital social registrado igual ou superior 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

8.1.21 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

8.1.22 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.1.23 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.1.24 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

8.1.25. Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar:

8.1.25.1. Pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços compatíveis com o objeto licitado, informando o nome da contratante, o período de execução e as características dos serviços.

8.1.25.1.1. Serão aceitos atestados de serviços em execução ou já concluídos, desde que compatíveis com o objeto da contratação.

8.1.25.1.2. Admite-se o somatório de atestados para comprovação da experiência mínima exigida.

8.1.25.1.3. A experiência mínima exigida será de, no mínimo, 50% do quantitativo do objeto, correspondente a 312 procedimentos de castração e/ou esterilização cirúrgica de cães e gatos, considerando o total de 624 procedimentos previstos para a contratação.

8.1.25.2. Comprovação de inscrição da empresa e do responsável técnico junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV, em situação regular.

8.1.25.3. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional médico-veterinário responsável pelos serviços.

8.1.25.4. Declaração da licitante de que disporá de equipe técnica, composta por médico-veterinário e auxiliar, para início das atividades conforme cronograma a ser pactuado em contrato.

8.1.25.5. Alvará sanitário válido da sede da empresa, emitido pela autoridade sanitária local, em nome da empresa licitante.



## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026

8.1.25.6. Declaração da licitante de que disponibilizará suporte clínico emergencial em regime de sobreaviso por 7 dias após cada procedimento, com clínica de referência para atendimento de urgências, sem ônus adicional para a Administração.

8.2. Na participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.2.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados por cópia ou por meio de arquivos digitais, assinados com certificado digital por autoridade certificadora credenciada (ICP-Brasil), ou mediante verificação de autenticidade em sítios eletrônicos oficiais de órgãos.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026

8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

8.12.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.12.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; c) encaminhar por meio eletrônico,

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026

assegurado o prazo de 03 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.cantagalo.rj.gov.br](http://www.cantagalo.rj.gov.br)

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

## Setor de Licitações

### EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail [licitacao@cantagalo.rj.gov.br](mailto:licitacao@cantagalo.rj.gov.br).

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**Setor de Licitações**

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026**

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.cantagalo.rj.gov.br](http://www.cantagalo.rj.gov.br)

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

13.11.3 Anexo III – Declaração Conjunta;

13.11.4 Anexo IV – Declaração ME – EPP;

13.11.5 Anexo V – Modelo Proposta.

13.11.6 Anexo VI - Declaração De Indicação Das Instalações, Do Aparelhamento e do Pessoa Técnico.

Cantagalo-RJ, 16 de abril de 2026.

**Carlos Alexandre Marques da Silva**

Matrícula.: 1841-4

Portaria 9.984/2024



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médico-veterinários de castração de cães e gatos (machos e fêmeas), com implantação de microchip de identificação, a serem realizados por meio da Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde – Castramóvel pertencente ao Município de Cantagalo-RJ.

1.2 A natureza do objeto é de serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por envolver atividade padronizada e amplamente disponível no mercado.

1.3 É obrigação da CONTRATADA a homologação da Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde — UMEES junto ao CRMV/RJ, bem como a execução de atividades de educação em saúde no município de Cantagalo.

1.4 Quadro Resumo do Objeto:

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médico-veterinários de castração de cães e gatos (machos e fêmeas), com implantação de microchip de identificação, a serem realizados por meio da Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde – Castramóvel pertencente ao Município de Cantagalo-RJ.	Procedimento	624	269,33	168.061,92

**2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

2.1 A vigência contratual será de 1 (um) ano, contados da assinatura, podendo ser prorrogada nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica e vantagem para a Administração.

**3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

3.1 Vide Estudo Técnico Preliminar – ETP.

**4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

4.1 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos tópicos, respectivamente, necessidade da contratação e estimativa de quantidade para a contratação, do Estudo Técnico Preliminar (Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/21).

**5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**



5.1 O objeto da contratação consiste na prestação de serviços veterinários especializados para castração cirúrgica e microchipagem de cães e gatos, a ser realizado por empresa especializada na Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde (Castramóvel), abrangendo os cinco distritos e o Bairro Novo Horizonte do Município de Cantagalo-RJ.

I. Requisitos de Qualidade

- **Profissionais habilitados:** todos os procedimentos devem ser realizados por médicos veterinários registrados no CRMV/RJ, com suporte de auxiliares capacitados em técnicas cirúrgicas, anestesia, monitoramento perioperatório e cuidados pós-operatórios.
- **Protocolos clínicos:** execução conforme normas de bem-estar animal, segurança cirúrgica, esterilização, antisepsia e biossegurança, seguindo diretrizes do CRMV/RJ e normas sanitárias federais e municipais.
- **Microchipagem:** implante subcutâneo com equipamento homologado, garantindo identificação única e rastreabilidade dos animais.

II. Rendimento e Eficiência Operacional

- **Capacidade mínima de atendimento:** média de 12 procedimentos semanais, garantindo cobertura efetiva da meta inicial de 320 procedimentos em seis meses (224 cães e 96 gatos).
- **Planejamento itinerante:** cronograma de visitas aos distritos previamente pactuado com a Administração, priorizando áreas de maior densidade populacional e risco epidemiológico.
- **Controle e monitoramento:** registro completo de cada atendimento, incluindo espécie, sexo, idade, microchip, dados do tutor, intercorrências clínicas e insumos utilizados, permitindo avaliação contínua de desempenho.

III. Requisitos de Durabilidade e Manutenção

- **Estrutura do Castramóvel:** operação segura com manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos médicos, mobiliário, energia elétrica e sistemas hidráulicos, garantindo funcionamento contínuo durante todo o período contratual.
- **Instrumentais e insumos:** todos os materiais cirúrgicos, anestésicos, analgésicos, medicamentos, materiais de higiene e esterilização devem atender a padrões técnicos de durabilidade, validade e eficiência, assegurando procedimentos seguros e contínuos.

IV. Requisitos de Segurança

- **Segurança animal:** procedimentos realizados com protocolos que minimizam risco cirúrgico, dor e estresse, incluindo avaliação clínica prévia, jejum adequado e acompanhamento pós-operatório.
- **Segurança da equipe:** uso obrigatório de equipamentos de proteção individual (EPIs) e adoção de práticas de biossegurança durante todos os procedimentos.
- **Segurança ambiental:** acondicionamento, transporte e destinação adequada de resíduos sólidos e líquidos, conforme legislação ambiental vigente (Lei nº 12.305/2010), prevenindo contaminação e riscos à saúde pública.

V. Requisitos Complementares

- **Suporte clínico emergencial:** garantia de atendimento veterinário adicional em regime de sobreaviso por 7 dias após cada procedimento, com clínica de referência para urgências, com custos vinculados à empresa contratada;
- **Treinamento e orientação:** orientação técnica aos tutores sobre cuidados pós-operatórios, manejo do microchip e prevenção de complicações.
- **Sustentabilidade operacional:** otimização do consumo de água e energia, uso racional de insumos e planejamento logístico para reduzir deslocamentos e impactos ambientais.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA

6.1 A solução contratada consiste na prestação de **serviços veterinários especializados de esterilização cirúrgica (castração) e implantação de microchip em cães e gatos**, realizada por **empresa especializada na Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde (Castramóvel)**, garantindo cobertura em todos os distritos do município de Cantagalo-RJ e no bairro Novo Horizonte.

6.2 O ciclo de vida completo do objeto abrange as seguintes etapas e elementos essenciais:

I. Planejamento e Coordenação

- Elaboração de cronograma itinerante de atendimentos em conjunto com a Administração Municipal, priorizando áreas com maior densidade populacional e risco epidemiológico.
- Definição de rotas logísticas, planejamento de recursos humanos e materiais, e organização do calendário de atendimentos para otimização do tempo e redução de custos.

II. Operação da Unidade Móvel

- Transporte seguro do Castramóvel entre os distritos e demais localidades.
- Abastecimento de energia elétrica e água, garantindo funcionamento contínuo da unidade.
- Manutenção preventiva e corretiva da estrutura física e equipamentos médicos, assegurando durabilidade e operação eficiente durante todo o contrato.
- Higienização, conservação e gestão ambientalmente adequada de resíduos sólidos e líquidos, em conformidade com normas sanitárias e ambientais.

III. Execução dos Serviços Veterinários

- Triage prévia e avaliação clínica dos animais, garantindo aptidão para cirurgia.
- Realização de procedimentos de castração (ovariossalpingohisterectomia em fêmeas e orquiectomia em machos) com observância de protocolos de bem-estar animal e segurança cirúrgica.
- Implantação de microchips subcutâneos, assegurando identificação, rastreabilidade e prevenção de duplicidade de procedimentos.
- Atendimento pós-operatório e orientação aos tutores sobre cuidados clínicos e medicação, com suporte em regime de sobreaviso por 7 dias.

#### IV. Fornecimento de Insumos e Equipamentos

- Disponibilização de anestésicos, analgésicos, medicamentos veterinários, instrumentais cirúrgicos, materiais de assepsia, antissepsia e microchips, assegurando a continuidade e qualidade do serviço.
- Equipamentos médicos e mobiliário necessários à operação da unidade, com padrões de durabilidade e segurança compatíveis com a execução do objeto.

#### V. Registro e Gestão de Informações

- Manutenção de registros detalhados de todos os atendimentos, incluindo espécie, sexo, idade aproximada, microchip, dados do tutor e intercorrências clínicas.
- Geração de relatórios periódicos à Administração, contendo quantitativos, locais atendidos, insumos utilizados e indicadores de desempenho, garantindo transparência e rastreabilidade da execução contratual.

#### VI. Garantia de Segurança e Conformidade

- Observância de normas de biossegurança, proteção pessoal da equipe e protocolos de higiene.
- Cumprimento integral da legislação municipal, normas do CRMV/RJ e diretrizes ambientais.
- Mitigação de riscos à saúde pública e ao bem-estar animal em todas as fases do serviço.

6.3 Em síntese, a solução abrange todo o ciclo de vida do objeto, desde o planejamento, operação, execução, manutenção, registro e monitoramento, até a finalização e avaliação dos resultados, garantindo eficiência, economicidade, segurança, rastreabilidade e impacto positivo na saúde pública e no bem-estar animal.

### 7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### I. Local de Execução/Entrega

- A prestação dos serviços será realizada itinerantemente em todos os distritos do município de Cantagalo-RJ e no bairro Novo Horizonte, utilizando a Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde (Castramóvel). O endereço administrativo para correspondências e registros será: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário – Rua Nicolau Guzzo, nº 71 – Centro, Cantagalo – RJ.

#### II. Condições de Manutenção e Assistência

- A contratada será responsável pela **manutenção preventiva e corretiva do Castramóvel e dos equipamentos médicos**, garantindo operação contínua e segura durante todo o período contratual.
- Será disponibilizado **suporte técnico e clínico em regime de sobreaviso por 7 dias** após cada procedimento cirúrgico, com acesso a clínica de referência para atendimento de urgências.

### III. Requisitos e Sustentabilidade

- A execução dos serviços deverá observar **práticas sustentáveis**, incluindo:
- Redução do consumo de energia elétrica e água;
- Destinação adequada de resíduos sólidos e líquidos conforme legislação ambiental;
- Planejamento logístico eficiente para minimizar deslocamentos e impactos ambientais;
- Uso racional de insumos, evitando desperdícios.

### IV. Indicação de Marca ou Modelo

- Não há indicação restritiva de marca ou modelo para a prestação dos serviços.
- **Exceções:** os microchips devem garantir **compatibilidade com sistemas de leitura digital**, enquanto os equipamentos médicos utilizados devem ser **reconhecidos e certificados**, assegurando durabilidade, segurança e conformidade com normas técnicas vigentes.
- Todos os insumos, materiais e equipamentos devem atender aos **padrões de qualidade e segurança exigidos pelo CRMV/RJ e legislação aplicável**, garantindo eficácia nos procedimentos e bem-estar animal.

### V. Subcontratação

- A subcontratação não é admitida, **devendo a empresa contratada executar integralmente os serviços**, garantindo responsabilidade plena sobre o objeto, equipe técnica, insumos, equipamentos e resultados.

### VI. Vistoria

- **Não há necessidade de vistoria prévia** para apresentação de proposta, visto que o objeto consiste em prestação de serviços itinerantes, cuja execução será avaliada pela Administração com base em relatórios periódicos, inspeções e fiscalização contínua.

## 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 A execução do contrato seguirá critérios técnicos, operacionais e administrativos que garantam a efetividade da Política Municipal de Controle Populacional de Cães e Gatos e a obtenção dos resultados esperados.

### 8.2 INÍCIO DA EXECUÇÃO

- Os serviços devem ser iniciados imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço, respeitando o calendário previamente organizado em conjunto com a SMDA.
- Pré-requisito obrigatório: Até 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá elaborar o Projeto da UMEES, indicando o respectivo Responsável Técnico, submetendo-o à homologação prévia da UMEES, como condição indispensável para o início da execução dos serviços.

- As datas e horários dos atendimentos serão divulgados em local visível ao público e/ou no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal.

### 8.3 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- A execução será **itinerante**, utilizando a Unidade Móvel de Esterilização (Castramóvel) disponibilizada pelo Município.
- **Rotinas e periodicidade:**
  - a) Média de 12 procedimentos de castração por semana, distribuídos entre cães e gatos conforme proporção estimada (70% cães e 30% gatos).
  - b) Avaliação clínica prévia de todos os animais antes da cirurgia.
  - c) Cuidados pós-operatórios e orientação aos tutores em cada atendimento.
- **Métodos e protocolos:**
  - a) Cirurgia de Ovarioossalpingohisterectomia (OSH) em fêmeas e orquiectomia em machos.
  - b) Implantação de microchip subcutâneo em todos os animais atendidos.
  - c) Observância de normas de bem-estar animal, biossegurança, assepsia e antissepsia.

### 8.4 REGIME DE EXECUÇÃO

- O regime de execução será **empreitada por preço unitário**, contemplando todos os serviços de castração, microchipagem, fornecimento de insumos e operação do Castramóvel.
- O contrato prevê o fornecimento integral de equipe técnica, materiais e equipamentos, garantindo a execução completa do objeto sem necessidade de aquisição adicional de insumos pelo Município.

### 8.5 LOCAL E HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- **Local:** Castramóvel do Município de Cantagalo-RJ, atendendo de forma itinerante aos cinco distritos e ao bairro Novo Horizonte.
- **Horário de atendimento:** Das **08h00 às 17h00**, de segunda a sexta-feira, podendo haver ajustes mediante cronograma pactuado com a Administração.

### 8.6 MATERIAIS E INSUMOS DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATADA

8.6.1 A empresa contratada será responsável pelo fornecimento integral dos seguintes materiais:

- Anestésicos, analgésicos e medicamentos veterinários necessários no trans cirúrgico.
- Instrumentais cirúrgicos e materiais de assepsia/antissepsia.
- Microchips e leitor de chip para conferência do mesmo.
- Materiais de higiene, limpeza e esterilização da unidade móvel e dos instrumentos.
- Equipamentos médicos e mobiliário necessários à operação do Castramóvel.
- Materiais de proteção individual para equipe técnica (luvas, aventais, máscaras, óculos de proteção, etc.).

## 8.7 CONTROLE E MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO

- A contratada deverá manter **registros detalhados de cada atendimento**, incluindo espécie, sexo, idade aproximada, microchip, tutor e ocorrências clínicas.
- Relatórios periódicos serão entregues à Administração Municipal para acompanhamento do quantitativo de atendimentos, insumos utilizados e indicadores de desempenho.
- Fiscalização contínua será realizada pela Administração para assegurar conformidade com os requisitos técnicos, legais e operacionais do contrato.

## 8.8 DAS RESPONSABILIDADES DOS TUTORES E TUTORES VOLUNTÁRIOS

### I. Cadastramento de tutores e animais

- a) O cadastro será obrigatório para todos os tutores, mediante apresentação de:
  - Documento de identidade e CPF;
  - Comprovante de residência fixa no município de Cantagalo;
  - Comprovante de renda.
- b) O cadastro terá prioridade para:
  - Animais não domiciliados;
  - Famílias inscritas em programas sociais;
  - Munícipes com renda familiar de até 2 salários mínimos.
- c) O tutor voluntário deverá ser cadastrado quando o animal não possuir responsável direto, assumindo a responsabilidade temporária pelo mesmo.
- d) A empresa contratada deverá manter registro dos atendimentos em prontuário próprio, com dados do tutor/tutor voluntário, identificação do animal (nome, espécie, raça, sexo, idade, porte, pelagem) e do médico veterinário responsável.

### II. Responsabilidades pré-operatórias

- a) Apresentar os animais no dia, horário e local agendados;
- b) Garantir que os animais estejam em jejum alimentar e hídrico de no mínimo 8 horas;
- c) Autorizar, mediante assinatura de termo específico, a realização do procedimento cirúrgico, estando cientes dos riscos inerentes à cirurgia e à anestesia.

### III. Responsabilidades pós-operatórias

- a) Recolher o animal após o procedimento cirúrgico;
- b) Administrar corretamente os medicamentos prescritos no pós-operatório, de responsabilidade do tutor/tutor voluntário;
- c) Fornecer e utilizar roupa cirúrgica ou colar elizabetano, quando indicados, sendo também de responsabilidade do tutor/tutor voluntário;
- d) Assegurar local limpo, seguro e adequado para a recuperação do animal;
- e) Observar a ferida cirúrgica diariamente, garantindo higiene e prevenção contra deiscência de sutura e infecção;
- f) Comparecer para retirada dos pontos e retorno, conforme orientação da equipe técnica;
- g) Manter contato com a clínica de suporte ou médico veterinário de sobreaviso em caso de intercorrências.

### IV. Responsabilidades específicas do tutor voluntário

- a) Realizar a captura do animal comunitário com antecedência mínima de 12 horas;

- b) Manter o animal em observação e oferecer cuidados pós-operatórios por, no mínimo, 15 dias após a cirurgia (ou período maior se indicado pelo veterinário);
- c) Providenciar devolução ao tutor original, quando houver, ou encaminhamento para adoção responsável após a recuperação do animal.

#### 8.9 DAS CARACTERÍSTICAS DOS ANIMAIS A SEREM CASTRADOS E MICROCHIPADOS

- I. **Faixa etária permitida**
  - a) Cães e gatos, machos e fêmeas, com idade **superior a 6 meses e inferior a 8 anos**.
- II. **Peso corporal mínimo e máximo**
  - a) **Cães:** entre 3,5 kg e 30 kg;
  - b) **Gatos:** entre 1,5 kg e 6 kg.
- III. **Condições de saúde exigidas**
  - a) Apenas animais **cl clinicamente sadios**, avaliados previamente pela equipe médica veterinária;
  - b) Animais devem estar em **jejum alimentar e hídrico de no mínimo 8 horas** antes do procedimento;
  - c) Animais devem estar **vermifugados e vacinados**, preferencialmente contra raiva e outras doenças relevantes;
  - d) Animais com infestação por carrapatos ou suspeita de hemoparasitose deverão ser avaliados antes da cirurgia.
- IV. **Restrições e impedimentos**
  - a) Não poderão ser submetidos à castração:
    - Animais braquicefálicos ou de raças conhecidamente sensíveis a protocolos anestésicos;
    - Fêmeas gestantes, lactantes ou em cio;
    - Animais com condições patológicas debilitantes ou qualquer situação que represente risco maior ao ato cirúrgico;
    - Animais fora dos limites de idade e peso estabelecidos.

#### 8.10 DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

8.10.1 A execução das atividades de educação em saúde será de responsabilidade da **CONTRATADA**, em articulação com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (SMDA), que fará o acompanhamento e fiscalização das ações.

- I. **Objetivos**
  - a) Sensibilizar a população sobre a importância do controle populacional de cães e gatos;
  - b) Promover o bem-estar animal e a posse responsável;
  - c) Esclarecer riscos e benefícios da castração, bem como cuidados no pós-operatório;
  - d) Contribuir para a prevenção de zoonoses e proteção da saúde pública.
- II. **Ações educativas obrigatórias**
  - a) Realizar no mínimo 1 (uma) **palestra presencial** em cada distrito do município e no bairro Novo Horizonte;
  - b) Produção de materiais informativos impressos (folders ou cartilhas), que serão disponibilizados e distribuídos diretamente na Unidade Móvel.
  - c) Orientação direta aos tutores/tutores voluntários sobre cuidados pré e pós-cirúrgicos;



- d) Divulgação do calendário de atendimentos.
- e) As ações poderão ocorrer em escolas públicas e privadas do município, com foco em educação para crianças e adolescentes;

**III. Comprovação da execução**

- a) A CONTRATADA deverá apresentar **relatório mensal**, contendo:
  - Descrição das atividades realizadas;
  - Quantitativo de participantes alcançados;
  - Imagens, registros e materiais utilizados.

**8.11 DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

8.11.1 A CONTRATADA deverá garantir a fiel execução do objeto, assumindo integral responsabilidade pelos serviços prestados, em conformidade com a legislação vigente. São suas atribuições:

**I. Equipe técnica e profissional**

- a) Disponibilizar médicos veterinários e auxiliares devidamente registrados no CRMV/RJ;
- b) Indicar responsável técnico e apresentar ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) válida;
- c) Garantir paramentação e cumprimento das normas de biossegurança durante todos os procedimentos.

**II. Execução dos serviços**

- a) Realizar triagem clínica, castrações e implantação de microchips conforme protocolos sanitários e veterinários;
- b) Deverá ser observado pela empresa contratada os casos de intercorrências graves e imediatas, como a internação e todos os aparatos que garantam o atendimento especializado, seja in loco, em clínicas do município de Cantagalo ou em raio de até 60 quilômetros do município de Cantagalo, com custos vinculados à empresa contratada;
- c) Cumprir as metas quantitativas de atendimentos definidas no contrato;
- d) Manter sobreaviso veterinário por 7 (sete) dias para casos de urgência/emergência pós-operatória;
- e) Responsabilizar-se pela retirada dos pontos.

**III. Insumos, materiais e equipamentos**

- a) Fornecer todos os medicamentos e insumos necessários para o transoperatório (anestésicos, analgésicos, antibióticos, fios de sutura, materiais de assepsia/antisepsia etc.);
- b) Fornecer e implantar microchips, com disponibilização de leitor;
- c) Manter estoque adequado de materiais esterilizados e de uso individual;
- d) Arcar com materiais de limpeza, higiene e esterilização do ambiente e dos instrumentais.

**IV. Infraestrutura e logística**

- a) Operar o Castramóvel, incluindo transporte, abastecimento de água e energia, limpeza e higienização;
- b) Garantir o acondicionamento, armazenamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos;
- c) Arcar com os custos de combustível, motorista e deslocamento da UMEES para todos os distritos e localidades previstas.

**V. Relacionamento com tutores e comunidade**



- a) Informar claramente aos tutores/tutores voluntários os protocolos pré e pós-operatórios (jejum, cuidados de higiene, administração de medicamentos, uso de colar elizabetano/roupa cirúrgica etc.);
- b) Fornecer termo de ciência e autorização para assinatura dos tutores, contendo os riscos e responsabilidades do procedimento;
- c) Entregar instruções escritas sobre cuidados pós-operatórios.

**VI. Documentação, relatórios e controle**

- a) Manter prontuário individual de cada animal, contendo dados de identificação do tutor, características do animal, procedimentos realizados e microchip implantado;
- b) Emitir relatórios mensais com:
  - Quantitativo de atendimentos por espécie e sexo;
  - Locais e datas de realização dos serviços;
  - Ocorrências clínicas e intercorrências;
  - Relatório financeiro e uso de insumos;
  - Registro de ações de educação em saúde realizadas.

**VII. Aspectos legais e administrativos**

- a) Realizar a homologação da UMEES junto ao CRMV/RJ;
- b) Manter, durante toda a execução contratual, alvará sanitário, licenças, autorizações e demais documentos exigidos pelos órgãos competentes para o exercício das atividades objeto da contratação, apresentando-os à fiscalização sempre que solicitado;
- c) Cumprir as determinações da fiscalização do contrato e acatar ajustes solicitados pela Administração.

**8.12 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.12.1 Compete à CONTRATANTE, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (SMDA), assegurar as condições necessárias para a execução adequada do objeto contratual. São suas obrigações:

**I. Disponibilização da estrutura**

- a) Ceder a Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde – UMEES para uso durante a execução contratual, devidamente licenciada junto ao Detran/RJ;
- b) Garantir que o veículo esteja regularizado e com documentação em dia.

**II. Acompanhamento e fiscalização**

- a) Designar servidor(es) para atuar como fiscal(es) do contrato;
- b) Acompanhar a execução dos serviços, verificar a conformidade das atividades e solicitar correções quando necessárias;
- c) Receber relatórios mensais da CONTRATADA e promover sua análise e arquivamento.

**III. Apoio administrativo**

- a) Divulgar, em meios oficiais (sítio eletrônico e locais públicos), o calendário de atendimentos organizado em conjunto com a CONTRATADA;
- b) Auxiliar na mobilização comunitária para cadastramento de tutores, tutores voluntários e animais;
- c) Garantir a reserva orçamentária e o pagamento pontual das obrigações financeiras assumidas.

**IV. Ações de integração**

- a) Apoiar a CONTRATADA na realização das atividades de educação em saúde, oferecendo espaço físico e apoio institucional quando solicitado;

- b) Fornecer informações necessárias para planejamento das rotas e definição das prioridades de atendimento nos distritos.

V. **Responsabilidade administrativa e legal**

- a) Assegurar que a contratação observe as disposições da Lei nº 14.133/2021 e legislações correlatas;
- b) Adotar as medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual pela CONTRATADA;
- c) Garantir transparência e publicidade aos atos relacionados à execução do contrato.

9. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

9.1 A Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133 de 2021, será designado, através de portaria, representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar desde a execução até a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

10.1 Recebimento Provisório

- Os serviços prestados pela CONTRATADA serão recebidos **provisoriamente** pelo Fiscal do Contrato, no prazo de **15 dias**, contados da conclusão de cada etapa ou do cronograma de atendimento.
- O recebimento provisório será formalizado mediante **termo detalhado**, atestando o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, incluindo:
  - a) Conformidade com protocolos de castração e microchipagem;
  - b) Disponibilidade e uso correto de insumos, materiais cirúrgicos e medicamentos;
  - c) Cumprimento das normas de biossegurança, antissepsia e bem-estar animal.
  - d) Respeito ao cronograma de execução dos serviços.

10.2 Recebimento Definitivo

- Os serviços serão recebidos **definitivamente** no prazo de **5 dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada, mediante verificação da **quantidade e qualidade dos serviços prestados**.
- O ato será formalizado por **termo detalhado de aceitação**, garantindo conformidade total com o objeto contratado.

10.3 Emissão de Nota Fiscal ou Fatura

- A CONTRATADA somente poderá emitir Nota Fiscal ou Fatura referente às etapas ou serviços efetivamente executados e recebidos, provisória ou definitivamente, pelo Fiscal do Contrato, sendo vedada a emissão de documentos fiscais por serviços não realizados ou não aceitos.
- A CONTRATADA deverá emitir **Nota Fiscal ou Fatura** contendo:

- a) Data de emissão;
- b) Dados do contrato e do órgão contratante;
- c) Período de execução dos serviços;
- d) Valor a pagar correspondente aos serviços efetivamente executados;
- e) Retenções tributárias aplicáveis.

#### 10.4 Suspensão da Liquidação

- Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto houver **pendências ou correções** a serem efetuadas pela CONTRATADA.
- Havendo **erro ou inconsistência** na Nota Fiscal ou Fatura, a liquidação ficará suspensa até a regularização, reiniciando-se o prazo apenas após a comprovação.

#### 10.5 Responsabilidade Civil e Ética

- O recebimento provisório ou definitivo **não exclui a responsabilidade civil e ética** da CONTRATADA pela execução perfeita do contrato, assegurando a qualidade, segurança e integridade dos serviços.

#### 10.6 Regularidade Fiscal

- O acompanhamento da regularidade fiscal será feito por **consulta ao SICAF**, conforme Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa nº 3/2018.
- A CONTRATADA será notificada para regularização em **até 5 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis uma vez por igual período.
- Persistindo a irregularidade, a Administração poderá **rescindir o contrato**, garantindo ampla defesa à CONTRATADA.

#### 10.7 Forma e Prazo de Pagamento

- O pagamento será realizado **no prazo de até 30 (trinta) dias** contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada, observada a ordem cronológica de exigibilidade de cada fonte de recurso.
- O pagamento será efetuado via **ordem bancária**, para crédito em conta indicada pela CONTRATADA.
- A data do pagamento será a da emissão da **ordem bancária**.
- Serão retidas as tributações previstas na legislação vigente, **exceto para contratadas optantes pelo Simples Nacional**, mediante comprovação documental.

### 11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### 11.1 Modalidade e Critério de Julgamento

- O fornecedor será selecionado por meio de **Pregão Eletrônico**, na forma eletrônica, **adotando como critério de julgamento o menor valor global** para a execução integral do objeto do contrato.

#### 11.2 Exigências de Habilitação

Para habilitação no certame, os licitantes deverão comprovar:

- a) **Habilitação jurídica:** registro comercial ou contrato social atualizado, inscrição no CNPJ e procurações, se houver;
- b) **Habilitação fiscal:** regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, Certidões Negativas de Débitos e demais tributos aplicáveis;
- c) **Habilitação trabalhista:** comprovação de regularidade com INSS, FGTS e demais obrigações trabalhistas;
- d) **Qualificação econômico-financeira:** demonstração de capacidade financeira, incluindo balanço patrimonial, índices financeiros e documentos comprobatórios;
- e) **Qualificação técnica:** a listagem da documentação necessária para comprovação da capacidade técnica consta no Estudo Técnico Preliminar.

## 12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 A estimativa do valor da contratação é de R\$ 168.061,92 (cento e sessenta e oito mil e sessenta e um reais e noventa e dois centavos), correspondente à realização de 624 procedimentos de castração e microchipagem de cães e gatos.

12.2 O valor foi apurado com base em pesquisa de preços realizada no Banco de Preços, considerando a média de valores praticados no mercado e contemplando os custos com insumos, medicamentos, equipe técnica e operacional, bem como a operacionalização da Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde – UMEES.

## 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

13.1 A dotação orçamentária por onde correrá a despesa é:

PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DA DESPESA	FONTE	FICHA
10055.2030455032.285	339039	150000	930
10055.2030455032.285	339039	170400	932

## 14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Não há disposições gerais.

## 15. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

15.1 Não há anexos.

Cantagalo-RJ, 27 de janeiro de 2026.

Vinicius da Silva Charles  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Agropecuário  
Matrícula - 5116

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

**Objeto proposto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços veterinários para a organização, gestão e execução das atividades de castração de cães e gatos (machos e fêmeas) e a microchipagem destes animais, incluindo o fornecimento de medicamentos e insumos necessários para a realização dos serviços, por um período de 12 (doze) meses, a ser realizado na Unidade Móvel de Esterilização (Castramóvel) do município, nos 5 distritos e no bairro Novo Horizonte.

**Unidade destinatária:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.

**Previsão da contratação no PCA:** A presente demanda está prevista na Lei Orçamentária Anual, no programa correspondente à Manutenção e Operacionalização do Castramóvel.

### I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso I: descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

A necessidade da presente contratação decorre da obrigação legal de o Município de Cantagalo implementar a Política Municipal de Controle Populacional de Cães e Gatos, instituída pela Lei Municipal nº 1.852/2024 e alterada pela Lei nº 1.920/2025, que prevê a realização de esterilizações cirúrgicas gratuitas em Unidade Móvel de Esterilização (Castramóvel).

Embora o Município disponha da estrutura física do Castramóvel, não possui equipe técnica própria em número suficiente nem recursos materiais e medicamentos adequados para garantir a execução contínua e segura dos procedimentos cirúrgicos. Dessa forma, a terceirização prevista no §1º do art. 5º da Lei Municipal nº 1.852/2024, com redação dada pela Lei nº 1.920/2025, mostra-se a alternativa juridicamente possível, tecnicamente viável e economicamente mais vantajosa para a Administração.

Sob a perspectiva do interesse público, a contratação de empresa especializada permitirá:

- garantir o cumprimento da legislação municipal e da competência constitucional da Administração em matéria de saúde pública e bem-estar animal;
- assegurar o acesso gratuito da população de baixa renda ao procedimento de esterilização, reduzindo desigualdades sociais e promovendo a dignidade da pessoa humana;
- prevenir a disseminação de zoonoses e outros agravos à saúde coletiva, atendendo ao princípio da supremacia do interesse público;
- reduzir a população errante e o abandono de animais, o que impacta diretamente na segurança urbana e na preservação ambiental;
- assegurar a economicidade e a eficiência da política pública, ao utilizar de forma racional o recurso público disponível.

Portanto, a contratação de empresa especializada em serviços médico-veterinários para operar a Unidade Móvel de Esterilização é condição indispensável para a efetividade da política pública local e para a proteção da coletividade, devendo ser conduzida de acordo com os princípios da eficiência, economicidade, transparência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se, que em razão de a licitação anteriormente realizada não ter apresentado licitantes vencedores, bem como da necessidade de ajustes no quantitativo de procedimentos e no prazo de execução contratual, tornou-se necessário novo processo administrativo para a realização de nova licitação, de modo a adequar o objeto às condições de mercado e garantir a efetiva contratação.

## **II – LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

### **Alternativas disponíveis**

#### **a) Execução direta pela Administração Municipal**

- **Vantagens:**
  - Controle total pela Administração sobre a execução da política pública;
  - Possibilidade de integração permanente com outras ações de saúde pública e vigilância sanitária;
  - Formação de quadro técnico próprio e capacitação continuada.
- **Desvantagens:**
  - Inexistência de profissionais veterinários e auxiliares em número suficiente no quadro do Município;
  - Necessidade de criação de cargos, realização de concurso ou processo seletivo, com elevado custo de pessoal e encargos permanentes;
  - Alto investimento inicial em equipamentos, insumos e medicamentos;
  - Longo prazo para implementação, incompatível com a urgência da demanda social.

#### **b) Contratação de empresa especializada para operação do Castramóvel**

- **Vantagens:**
  - Utilização da estrutura já existente do Município (Castramóvel), reduzindo custos logísticos e operacionais;
  - Atendimento descentralizado em todos os distritos, conforme diretriz legal;
  - Garantia de equipe técnica habilitada e insumos adequados, sem necessidade de expansão do quadro de servidores;
  - Maior eficiência, economicidade e celeridade na execução do programa;
  - Possibilidade de controle e monitoramento contratual pela Administração.
- **Desvantagens:**
  - Dependência de terceiros para execução do serviço, exigindo fiscalização contínua;
  - Necessidade de processo licitatório, o que demanda tempo para planejamento e contratação;
  - Risco de baixa competitividade no certame, caso o mercado regional seja restrito.

Após a análise das alternativas possíveis para a execução da Política Municipal de Controle Populacional de Cães e Gatos, conclui-se que a contratação de empresa especializada para operar a Unidade Móvel de Esterilização (Castramóvel) apresenta-se como a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para a Administração Pública.

### III – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Fundamento: art. 6º, XX e art. 18, § 1º, inciso IV. *Deve conter descrição do objeto, quantidade e demais informações necessárias para discriminar a solução a ser contratada. Fazer referência a anexo com memórias de cálculo e documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala, se for o caso.*

A solução para o controle populacional de cães e gatos no município de Cantagalo-RJ consiste na **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médico-veterinários de esterilização cirúrgica e identificação animal por microchip**, a ser realizada por meio de **Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde (Castramóvel)**.

O serviço visa atender **animais domésticos e comunitários** em todos os distritos do município, garantindo a execução da **Política Municipal de Controle Populacional de Cães e Gatos**, instituída pela Lei Municipal nº 1.852/2024 e alterada pela Lei nº 1.920/2025. A contratação busca assegurar o **bem-estar animal, prevenção de zoonoses e o acesso gratuito a serviços veterinários para a população de baixa renda**, evitando o crescimento desordenado da população animal e promovendo a saúde pública.

A empresa contratada será responsável por:

- Realizar os procedimentos cirúrgicos de castração de cães e gatos de forma ética, segura e em conformidade com as normas veterinárias;
- Implantar microchips nos animais atendidos, garantindo identificação, rastreabilidade e controle de reincidência;
- Fornecer todos os insumos, medicamentos, materiais de higiene e esterilização necessários à execução dos serviços;
- Operar e manter a Unidade Móvel de Esterilização, incluindo transporte, energia, água e gestão ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
- Garantir equipe técnica qualificada, composta por médicos veterinários e auxiliares, e disponibilizar suporte técnico para cuidados pós-cirúrgicos.

A execução dos serviços será planejada de forma itinerante, abrangendo todos os distritos do município, com cronograma definido em conjunto com a administração municipal, permitindo ampla cobertura e atendimento à população. A solução contratada proporcionará **redução da natalidade animal, prevenção de abandono, diminuição de riscos à saúde pública e melhoria do bem-estar de cães e gatos**.

#### **Memória de Cálculo – Estimativa de Quantidade para Castração e Microchipagem de Cães e Gatos**

Com base nos dados populacionais do IBGE (Censo 2022), aplicando as proporções indicadas pela OMS e Ministério da Saúde, bem como os percentuais de não castração entre tutores (IMVC), estimou-se que Cantagalo possui aproximadamente **1.578 animais não castrados** (1.396 cães e 182 gatos).

Considerando essa demanda e a viabilidade operacional do serviço móvel, estabeleceu-se como meta inicial a realização de **624 procedimentos de castração com microchipagem**.



Esse quantitativo é tecnicamente adequado por:

- concentrar esforços nas localidades com maior densidade populacional e maior risco epidemiológico;
- garantir ritmo operacional seguro (média de 12 procedimentos semanais);
- permitir impacto relevante na saúde pública com redução de reprodução indesejada e abandono;
- possibilitar aprendizado institucional e monitoramento contínuo, servindo de base para ampliação futura do programa.

A distribuição proposta é de **437 cães (70%) e 187 gatos (30%)**, totalizando 624 procedimentos de castração, assegurando proporcionalidade e efetividade no atendimento.

Esse quantitativo é suficiente para gerar impacto positivo imediato na saúde pública e no controle populacional de cães e gatos, garantindo execução eficiente e segura.

#### **IV – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso III - requisitos da contratação.

##### **1. Capacidade Técnica**

- Possuir experiência comprovada na prestação de serviços veterinários de esterilização cirúrgica de cães e gatos, preferencialmente em unidades móveis ou programas públicos de controle populacional animal. Disponibilizar equipe técnica qualificada, composta por médicos veterinários registrados no Conselho Regional de Medicina Veterinária e auxiliares capacitados para procedimentos cirúrgicos e cuidados perioperatórios. Disponibilizar clínica de suporte para atendimento de urgência e emergência.

**Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar:**

a) Pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços compatíveis com o objeto licitado, informando nome da contratante, período de execução e características dos serviços.

- a.1) Serão aceitos atestados de serviços em execução ou já concluídos, desde que compatíveis com o objeto da contratação.

- a.2) Admite-se o somatório de atestados para comprovação da experiência mínima exigida.

- a.3) A experiência mínima exigida será de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do objeto.

b) Comprovação de inscrição da empresa e do responsável técnico junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária, em situação regular.

c) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional médico-veterinário responsável pelos serviços.

d) Declaração da licitante de que disporá de equipe técnica (médico veterinário e auxiliar) para início das atividades conforme cronograma a ser pactuado em contrato.



e) Alvará sanitário válido, da sede da empresa, emitido pela autoridade sanitária local, em nome da empresa licitante.

## **2. Insumos e Equipamentos**

- Fornecimento de todos os insumos e materiais necessários à execução dos procedimentos, incluindo anestésicos, analgésicos, medicamentos, instrumentais cirúrgicos, materiais de higiene, assepsia e antissepsia. Implantação e fornecimento de microchips, com equipamentos para leitura e registro digital. Disponibilização de equipamentos médicos e mobiliário necessários à operação da UMEES.

## **3. Infraestrutura da Unidade Móvel**

- Operar o Castramóvel em condições seguras, garantindo energia elétrica, abastecimento de água, transporte adequado e acondicionamento correto de resíduos sólidos e líquidos. Manutenção preventiva e corretiva da unidade e dos equipamentos, incluindo limpeza e higienização.

## **4. Gestão da Infraestrutura e Logística**

- Arcar com todos os custos de deslocamento da unidade móvel aos distritos e demais localidades (combustível e motorista). Garantir manutenção da estrutura física e dos equipamentos, incluindo limpeza externa. Planejar e organizar a logística de atendimento de acordo com o cronograma pactuado, assegurando cobertura completa do município.

## **5. Execução dos Serviços**

- Realizar cirurgias de esterilização em conformidade com protocolos de bem-estar animal e práticas veterinárias reconhecidas, incluindo avaliação clínica prévia e cuidados pós-operatórios. Fornecer orientação aos tutores sobre cuidados pós-cirúrgicos e medicação. Garantir cumprimento da legislação e normas sanitárias.

## **6. Documentação e Relatórios**

- Registrar todos os atendimentos, incluindo espécie, sexo, idade aproximada, microchip e dados do tutor. Apresentar relatórios periódicos à Administração contendo quantitativo de atendimentos, locais, intercorrências clínicas e informações sobre insumos utilizados.

## **7. Segurança e Conformidade**

- Observar normas de biossegurança, antissepsia, proteção pessoal da equipe e controle de resíduos, garantindo segurança de animais, tutores e profissionais. Cumprir o projeto de operação da Unidade Móvel e diretrizes municipais.

## **8. Planejamento, Coordenação e Projeto Inicial da UMEES**

- Elaborar cronograma de atendimentos em consonância com a Administração Municipal, adaptando a operação da UMEES à demanda dos diferentes distritos. Até 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá elaborar o

Projeto da UMEES, indicando o respectivo Responsável Técnico, submetendo-o à homologação prévia da UMEES, como condição indispensável para o início da execução dos serviços.

## **V – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

A presente contratação tem por objeto a prestação de **serviços médico-veterinários de esterilização cirúrgica (castração) e implantação de microchip em cães e gatos**, a ser realizada por **empresa especializada** na **Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde – UMEES**, disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Cantagalo-RJ. A solução atenderá aos **cinco distritos do município e ao bairro Novo Horizonte**, com prioridade para animais domésticos e comunitários, em conformidade com a legislação municipal vigente (Lei nº 1.852/2024 e Lei nº 1.920/2025), visando **controle populacional animal, bem-estar e saúde pública**.

### **1. Estrutura e Operação da Unidade Móvel**

A contratada será responsável pela operação integral da UMEES, incluindo:

- Transporte seguro da unidade entre os distritos e demais localidades;
- Abastecimento de energia elétrica e água;
- Manutenção preventiva e corretiva da unidade e de seus equipamentos;
- Limpeza, higienização e conservação da estrutura;
- Armazenamento e destinação adequada de resíduos sólidos e líquidos.

### **2. Triagem e Avaliação Clínica dos Animais**

A **triagem prévia** será realizada pela equipe técnica da contratada, assegurando que somente animais **cl clinicamente aptos** sejam submetidos ao procedimento. A avaliação inclui:

- Estado de saúde geral, vacinação, vermifugação e condições sanitárias;
- Identificação de parasitoses ou patologias que contraindiquem a cirurgia;
- Garantia de jejum alimentar e hídrico conforme protocolos veterinários.

### **3. Execução dos Procedimentos**

Os serviços serão realizados por **médicos veterinários registrados no CRMV/RJ**, com auxílio de profissionais capacitados, incluindo:

- **Ovariossalpingohisterectomia (OSH)** em fêmeas e **orquiectomia** em machos;
- Aplicação de microchip subcutâneo na região dorso-cranial;
- Atendimento a tutores quanto a cuidados pós-operatórios e medicação;
- Disponibilização de **atendimento veterinário em regime de sobreaviso por 7 dias**, com apoio de **clínica de suporte para urgências e emergências**.

### **4. Insumos e Materiais**

A contratada fornecerá todos os insumos necessários, incluindo:

- Anestésicos, analgésicos, medicamentos veterinários, instrumentais cirúrgicos;
- Materiais de assepsia, antissepsia e limpeza da unidade;
- Microchips e equipamentos de leitura;
- Materiais de higiene e esterilização de instrumentais.
- Os tutores serão responsáveis apenas por medicação pós-operatória e itens individuais (roupa cirúrgica ou colar elizabetano, quando necessário).

## 5. Planejamento e Coordenação

- No **primeiro mês de contrato**, a contratada deverá elaborar o **Projeto da UMEES**, indicando o **Responsável Técnico**, a ser homologado pelo CRMV/RJ;
- O cronograma de atendimentos será definido em conjunto com a Administração Municipal, priorizando áreas com maior densidade populacional e alta demanda;
- A contratada deverá organizar e divulgar o calendário de atendimentos para conhecimento da população.

## 6. Documentação e Relatórios

A contratada deverá manter registros detalhados de cada atendimento, incluindo:

- Quantitativo de animais por espécie, sexo e localidade;
- Ocorrências clínicas e intercorrências cirúrgicas;
- Registro de microchip e dados do tutor;
- Relatórios financeiros, de insumos utilizados e ações de educação em saúde realizadas.

## 7. Segurança e Conformidade

- Observância de normas de biossegurança, antissepsia e proteção pessoal da equipe;
- Controle seguro de resíduos e descarte ambientalmente adequado;
- Cumprimento rigoroso do projeto de operação da UMEES e das diretrizes municipais para controle populacional de cães e gatos;
- Garantia do bem-estar animal em todas as etapas do serviço.

## VI – PROVIDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

Antes da celebração do contrato, a Administração adotará as seguintes medidas, com o objetivo de assegurar que a empresa contratada atenda integralmente aos requisitos técnicos e operacionais previstos no Termo de Referência:

1. **Conferência Documental e Jurídica** - Serão analisados os documentos apresentados para habilitação, incluindo certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como o contrato social ou estatuto, de modo a confirmar a legalidade do exercício da atividade e a compatibilidade do objeto social com os serviços contratados.
2. **Definição de Procedimentos e Comunicação** - Antes da assinatura do contrato, serão estabelecidos e formalizados os fluxos de solicitação, execução e atesto dos serviços, incluindo prazos, canais de comunicação e procedimentos de autorização, com o intuito de assegurar a agilidade e o controle durante a execução contratual.
3. **Previsão Orçamentária e Reserva de Recursos** - Será confirmada a existência de dotação orçamentária suficiente para cobrir a estimativa de custos da contratação durante todo o período de vigência contratual.

## VII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso XI - contratações correlatas e/ou interdependentes.

Identificam-se a seguinte contratação que podem ser correlata ou interdependente:

1. Fornecimento de sistema informatizado ou serviço especializado para registro, controle e acompanhamento digital dos animais atendidos e dados dos tutores.

**Finalidade:**

- Garantir integração com microchipagem, possibilitando rastreabilidade e prevenção de duplicidade de procedimentos;
- Facilitar geração de relatórios gerenciais e indicadores de desempenho;
- Apoiar a fiscalização e planejamento do programa de controle populacional de cães e gatos;
- Assegurar armazenamento seguro e organizado das informações, promovendo transparência e eficiência administrativa.

**VIII – SUSTENTABILIDADE**

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

A contratação da Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde (Castramóvel) promove **sustentabilidade socioambiental** ao controlar a população de cães e gatos, reduzir riscos de zoonoses, prevenir maus-tratos e incentivar práticas de posse responsável. O programa contribui para a eficiência no uso de recursos, otimizando deslocamentos, consumo de energia e água, e promovendo rastreabilidade via microchipagem.

Os principais **impactos ambientais** incluem geração de resíduos sólidos e líquidos de serviços de saúde animal, consumo de recursos e emissões veiculares. Esses impactos são mitigados por meio do acondicionamento e destinação adequada de resíduos, uso racional de insumos e materiais descartáveis, manutenção preventiva do Castramóvel e equipamentos, planejamento logístico de rotas e adoção de práticas de baixo consumo de energia e água. Assim, a execução do programa garante eficiência, bem-estar animal e respeito às normas ambientais e sanitárias vigentes.

**IX – RESULTADOS PRETENDIDOS**

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

A presente contratação tem como finalidade estratégica assegurar o **controle populacional de cães e gatos**, promover o **bem-estar animal** e contribuir para a **saúde pública**, com impactos diretos na redução de zoonoses, prevenção de maus-tratos e superlotação urbana.

Do ponto de vista da **economicidade**, a contratação permite a **maximização do aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros**, conforme detalhado a seguir:

**1. Recursos Humanos**

- Disponibilização de equipe técnica especializada (médicos veterinários e auxiliares), capacitada para realizar procedimentos cirúrgicos e cuidados

perioperatórios, eliminando a necessidade de treinamento extensivo ou contratação permanente de servidores municipais;

- Melhor alocação de profissionais do município, permitindo que atividades administrativas e de fiscalização sejam mantidas com eficiência.

## **2. Recursos Materiais e Insumos**

- Fornecimento completo de medicamentos, anestésicos, instrumentais cirúrgicos, materiais de assepsia e antissepsia, garantindo o uso racional e evitando desperdícios;
- Implantação de microchips e gerenciamento do cadastro digital, assegurando rastreabilidade, controle de duplicidade e otimização da logística operacional;
- Manutenção preventiva e corretiva da unidade móvel, bem como higienização adequada de equipamentos e espaços, garantindo durabilidade e segurança operacional.

## **3. Recursos Financeiros**

- Utilização da estrutura física da UMEES existente, reduzindo custos com aquisição de veículos e equipamentos;
- Eficiência na execução dos procedimentos por empresa especializada, permitindo atendimento de maior número de animais dentro do orçamento disponível, com planejamento baseado em estimativas de população animal e demanda prioritária;
- Adoção de práticas sustentáveis, como redução do consumo de energia e água e destinação correta de resíduos, contribuindo para a economicidade ambiental e redução de custos de descarte.

## **4. Resultados Sociais e Sanitários**

- Ampliação do acesso ao serviço para tutores de baixa renda e animais comunitários;
- Redução do número de animais errantes e diminuição do risco de doenças transmissíveis à população;
- Educação e conscientização dos tutores sobre cuidados veterinários, posse responsável e prevenção de doenças, promovendo mudanças comportamentais sustentáveis a médio e longo prazo.

## **5. Transparência e Controle**

- Registro detalhado de todos os atendimentos, triagem pré-cirúrgica, procedimentos realizados, dados de microchipagem e acompanhamento pós-operatório, garantindo rastreabilidade e fiscalização eficiente;
- Emissão de relatórios periódicos contendo indicadores de execução, quantitativos atendidos, intercorrências clínicas e uso de insumos, permitindo tomada de decisão baseada em evidências.

### **X – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

Com base na pesquisa de preços realizada no Banco de Preços, em contratações similares efetuadas por outros municípios, o valor unitário estimado para a execução dos serviços de castração e microchipagem de cães e gatos é de R\$ 269,33 por procedimento.

Considerando a meta de 624 procedimentos, a estimativa total da contratação corresponde a R\$ 168.061,92, valor que contempla todos os insumos, medicamentos, instrumentais, microchips e os custos de operação da Unidade Móvel de Esterilização.

A estimativa apresentada está compatível com os valores praticados no mercado, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade, e assegura cobertura adequada ao Programa Municipal de Controle Populacional de Cães e Gatos.

#### **XI – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO**

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação. Apontar o número de Termos de Referência a serem criados e tipo de adjudicação.

O parcelamento da licitação não se mostra adequado, tendo em vista que os serviços de castração e microchipagem constituem um conjunto único, integrado e indissociável, cuja execução demanda planejamento unificado, equipe técnica especializada, logística própria e utilização contínua da Unidade Móvel de Esterilização.

O fracionamento do objeto poderia comprometer a eficiência operacional, a padronização dos procedimentos, o controle sanitário, bem como elevar custos administrativos e operacionais, em prejuízo da economicidade e da adequada execução do serviço.

Dessa forma, a contratação em lote único revela-se a alternativa mais vantajosa para a Administração, garantindo eficiência, segurança sanitária e melhor gestão do programa.

#### **XII – FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**

*Licitação; Dispensa; Inexigibilidade. Com justificativas.*

A forma de seleção do fornecedor escolhida é a **licitação**, na modalidade que prioriza o **menor valor global**, sendo a alternativa mais adequada para a presente contratação. Essa escolha está fundamentada nos seguintes argumentos:

- **Adequação à legislação:** A licitação assegura observância integral à Lei nº 14.133/2021, garantindo transparência, isonomia entre os concorrentes e legalidade do procedimento;
- **Eficiência econômica:** A modalidade de menor valor global permite à Administração contratar o serviço completo de castração e microchipagem com custo total mais vantajoso, evitando a fragmentação do objeto e otimizando recursos públicos;
- **Competitividade e segurança jurídica:** A concorrência entre fornecedores especializados promove preços compatíveis com o mercado, ao mesmo tempo em que reduz riscos de questionamentos legais ou contratuais;
- **Adequação técnica:** Considerando que as castrações e microchipagem devem ser realizadas de forma conjunta e contínua, a contratação global garante que o serviço seja executado integralmente por um único fornecedor, assegurando padrão de qualidade, rastreabilidade e cumprimento dos requisitos técnicos definidos.

Dessa forma, a escolha da **licitação por menor valor global** se mostra a forma mais vantajosa, eficiente e segura para a Administração Municipal, garantindo a execução completa do programa de controle populacional de cães e gatos, com economicidade, transparência e observância das normas legais vigentes.

### **XIII – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

Fundamento: art. 18, § 1º, inciso XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. Fundamento: art. 6º, XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Conclui-se pela viabilidade da contratação, necessária ao cumprimento das Leis nº 1.852/2024 e nº 1.920/2025, diante da inexistência de equipe e insumos próprios para operação do Castramóvel. O levantamento de mercado indicou que a contratação de empresa especializada é a alternativa mais eficiente e econômica, assegurando execução itinerante, segurança sanitária, microchipagem e rastreabilidade, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Cantagalo-RJ, 26 de janeiro de 2026.

Vinicius da Silva Charles  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Agropecuário  
Matrícula - 5116



**ANEXO II – MINUTA CONTRATO**  
**ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA**

(Processo Administrativo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CANTAGALO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E **[NOME DA SOCIEDADE EMPRESARIAL VENCEDORA]**

O Município de Cantagalo, por intermédio do(a) **[órgão contratante]**, com sede no(a) **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, neste ato representado(a) pelo(a) **[cargo e nome]**, nomeado(a) pela Portaria nº **XX**, de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, publicada no DOU de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, portador da Matrícula Funcional nº **[nº matrícula]**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **90041/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médico-veterinários de castração de cães e gatos, machos e fêmeas, com implantação de microchip de identificação, a serem realizados por meio da Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde — Castramóvel pertencente ao Município de Cantagalo-RJ, abrangendo os cinco distritos e o Bairro Novo Horizonte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

1.2. Especificação:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	U/S.	QUANT.	VR. UNIT.	VR. TOTAL
01	Prestação de serviços médico-veterinários de castração de cães e gatos, machos e fêmeas, com implantação de microchip de identificação, a serem realizados por meio da Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde — Castramóvel pertencente ao Município de Cantagalo-RJ, incluindo equipe técnica, insumos, medicamentos, materiais cirúrgicos, microchips, suporte pós-operatório e demais elementos necessários à plena execução do objeto.	Proced.	624		
<b>VALOR DA CONTRATAÇÃO POR 12 MESES</b>					

1.3. O detalhamento das especificações técnicas, das condições de execução, dos quantitativos, das obrigações das partes, dos critérios de recebimento, pagamento e fiscalização encontra-se previsto no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.4.1. O Termo de Referência;
- 1.4.2. O Edital da Licitação
- 1.4.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica, demonstração da vantajosidade para a Administração e observância das demais exigências legais.

2.2. A prorrogação de que trata esta cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, observados os seguintes requisitos:

2.2.1. estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. ser juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços foram prestados regularmente;

2.2.3. ser juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuidade do serviço;

2.2.4. haver manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. ser comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as respectivas abrangências de aplicação.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, os prazos, as condições de prestação dos serviços, os critérios de recebimento, fiscalização e pagamento do objeto constam do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto desta licitação.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ <valor> <(valor por extenso)>, perfazendo o valor total de R\$ <valor> <(valor por extenso)>.

5.2. O pagamento será realizado conforme os procedimentos efetivamente executados, atestados pela fiscalização contratual, observadas as condições, os prazos e os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive equipe técnica, responsável técnico, auxiliares, insumos, medicamentos, materiais cirúrgicos, microchips, equipamentos, suporte pós-operatório, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxa de administração, seguros e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este Contrato, o Edital, o Termo de Referência e seus anexos.

8.1.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3. Disponibilizar a Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde — UMEES/Castramóvel pertencente ao Município de Cantagalo-RJ, nos termos e condições definidos no Termo de Referência, para a execução dos serviços contratados.

- 8.1.4. Adotar as providências que sejam de responsabilidade da Administração quanto à regularidade, disponibilidade e utilização da UMEES/Castramóvel, quando exigíveis pelos órgãos competentes.
- 8.1.5. Definir, em conjunto com o CONTRATADO, o cronograma de execução dos serviços, observadas as diretrizes da política pública municipal, a capacidade operacional e as condições previstas no Termo de Referência.
- 8.1.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO.
- 8.1.7. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que sejam sanados, corrigidos ou justificados.
- 8.1.8. Comunicar ao CONTRATADO a emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução quanto à qualidade, quantidade ou conformidade dos serviços, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.9. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente aos serviços efetivamente executados e atestados, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.10. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na legislação, neste Contrato e no Edital, quando cabíveis.
- 8.1.11. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.11.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
  - 8.1.11.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
  - 8.1.11.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
  - 8.1.11.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - 8.1.11.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
  - 8.1.11.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.12. Cientificar o órgão de representação da Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO.
- 8.1.13. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.13.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, contado da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.14. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, do Edital, do Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2. Executar os serviços médico-veterinários de castração de cães e gatos, machos e fêmeas, com implantação de microchip de identificação, observando as condições, quantidades, cronograma, especificações técnicas e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência.

9.3. Disponibilizar equipe técnica habilitada e em quantidade suficiente para a execução dos serviços, composta, no mínimo, por médico-veterinário devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV e auxiliar capacitado, observadas as exigências do Termo de Referência.

9.4. Manter responsável técnico pelos serviços, com regularidade perante o respectivo Conselho Profissional, apresentando a documentação exigida no Edital, no Termo de Referência e pelos órgãos competentes.

9.5. Fornecer todos os insumos, medicamentos, anestésicos, analgésicos, materiais cirúrgicos, materiais de higiene, assepsia, antissepsia, esterilização, microchips, equipamentos, EPIs e demais itens necessários à execução integral dos procedimentos, sem ônus adicional para a Administração.

9.6. Realizar avaliação clínica prévia dos animais, observando critérios técnicos de aptidão para o procedimento cirúrgico, bem como orientar os tutores quanto ao preparo pré-operatório e aos cuidados pós-operatórios.

9.7. Executar os procedimentos cirúrgicos em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, protocolos de segurança, biossegurança, bem-estar animal, antissepsia, esterilização e boas práticas médico-veterinárias.

9.8. Implantar microchip de identificação nos animais atendidos, garantindo registro adequado, rastreabilidade e vinculação das informações ao respectivo atendimento.

9.9. Manter registro individualizado de cada procedimento realizado, contendo, no mínimo, espécie, sexo, idade aproximada, identificação do animal, número do microchip, dados do tutor, data e local do atendimento, procedimento realizado, intercorrências clínicas, medicações utilizadas e demais informações exigidas no Termo de Referência.

9.10. Disponibilizar suporte clínico emergencial em regime de sobreaviso pelo prazo de 7 dias após cada procedimento, com clínica de referência para atendimento de urgências, sem ônus adicional para a Administração.

9.11. Prestar orientação técnica aos tutores acerca dos cuidados pós-operatórios, sinais de alerta, uso de medicações prescritas, manejo do animal e demais recomendações necessárias à recuperação adequada.

9.12. Responsabilizar-se pela destinação adequada dos resíduos gerados diretamente pela execução dos serviços contratados, especialmente resíduos de natureza perfurocortante, contaminante, medicamentosa ou biológica, observada a legislação aplicável e as normas sanitárias e ambientais pertinentes.

9.13. Manter a higienização, organização e assepsia dos ambientes, equipamentos, instrumentais e materiais utilizados durante a execução dos serviços, nos limites das atividades sob sua responsabilidade.

9.14. Elaborar e encaminhar à fiscalização contratual relatórios periódicos de execução, contendo quantitativos realizados, locais atendidos, dados dos animais, microchips implantados, eventuais intercorrências, insumos utilizados e demais informações necessárias ao acompanhamento da execução contratual.

9.15. Cumprir o cronograma de execução pactuado com a Administração, comunicando previamente qualquer impossibilidade de atendimento, intercorrência operacional ou necessidade de ajuste, devidamente justificada.

9.16. Comunicar ao Fiscal do contrato, tempestivamente e observado o grau de urgência, qualquer ocorrência anormal, acidente, intercorrência clínica grave ou situação que possa comprometer a execução do objeto, a segurança dos animais, dos tutores, da equipe ou da Administração.

9.17. Reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização, os serviços nos quais se verificarem vícios, falhas, incorreções ou desconformidade com o Termo de Referência, sem prejuízo da apuração de responsabilidade.

9.18. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração, aos animais atendidos, aos tutores ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE.

9.19. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato, ou autoridade superior, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.20. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.21. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os documentos que comprovem a manutenção da regularidade fiscal, social e trabalhista exigida na contratação.

9.22. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e demais obrigações previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.23. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho, fornecendo aos seus profissionais os equipamentos de proteção individual e coletiva necessários.

9.24. Não permitir a utilização de trabalho de menor em desacordo com a legislação vigente.

9.25. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.



9.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, especialmente dados pessoais de tutores e demais informações protegidas pela legislação aplicável.

9.27. Observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, no tratamento de dados pessoais acessados ou produzidos em razão da execução contratual.

9.28. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

9.29. Não transferir a terceiros a execução do objeto contratual, sendo vedada a subcontratação

9.30. Elaborar, no prazo de até 30 dias contados da assinatura do contrato, o Projeto da UMEES, indicando o respectivo Responsável Técnico, e submetê-lo à homologação prévia da Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde - UMEES junto ao CRMV/RJ, como condição indispensável para o início da execução dos serviços, conforme Termo de Referência.

9.31. Operar o Castramóvel/UMEES durante a execução contratual, incluindo transporte seguro da unidade entre os distritos e demais localidades previstas, abastecimento de água e energia, limpeza, higienização, conservação da estrutura e manutenção preventiva e corretiva da unidade e de seus equipamentos, conforme previsto no Termo de Referência.

9.32. Arcar com os custos de combustível, motorista e deslocamento da UMEES para todos os distritos e localidades previstas no cronograma pactuado com a Administração.

9.33. Garantir o acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e líquidos gerados na execução dos serviços, observadas as normas sanitárias e ambientais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do procedimento licitatório ou da execução do contrato administrativo, independentemente de declaração ou aceitação expressa.

10.2. O CONTRATADO deverá tratar os dados pessoais dos tutores, responsáveis pelos animais e demais envolvidos exclusivamente para as finalidades necessárias à execução do objeto contratual, incluindo cadastro, registro dos atendimentos, identificação por microchip, acompanhamento pós-operatório, emissão de relatórios e prestação de informações à fiscalização contratual.

10.3. O CONTRATADO deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, alteração, comunicação indevida ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.4. O CONTRATADO não poderá compartilhar, divulgar, transferir ou utilizar os dados pessoais obtidos em razão da execução contratual para finalidade diversa da prevista neste Contrato e no Termo de Referência, salvo por obrigação legal, determinação de autoridade competente ou autorização expressa do CONTRATANTE.

10.5. Ao término da execução contratual, os dados e registros produzidos em razão do contrato deverão ser entregues ao CONTRATANTE, observadas as orientações da fiscalização contratual e as obrigações legais de guarda, sigilo e rastreabilidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Constitui infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a prática, pelo CONTRATADO, das seguintes condutas:

12.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. O CONTRATADO que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar;

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.4. A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 12.1, não podendo ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato, observados os seguintes parâmetros:

12.4.1. multa de 0,5% a 1,5% sobre o valor inicial atualizado do contrato, no caso da infração prevista no item 12.1.1;

12.4.2. multa de 0,5% a 15% sobre o valor inicial atualizado do contrato, nos casos das infrações previstas nos itens 12.1.2 e 12.1.3;

12.4.3. multa de 5% a 30% sobre o valor inicial atualizado do contrato, nos casos das infrações previstas nos itens 12.1.4 a 12.1.8.

12.5. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO, independentemente de notificação, à multa de mora de 1% por dia útil de atraso, incidente sobre o valor da obrigação inadimplida ou do saldo não atendido, observado o limite de 30% do valor do contrato.

12.6. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em multa compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato e na legislação aplicável.

12.7. No caso de inexecução total ou parcial do objeto que acarrete a extinção do contrato, será devida multa compensatória de 10% sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis e da obrigação de reparação integral do dano.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Cantagalo pelo prazo máximo de 3 anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações previstas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.

12.10. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao CONTRATADO, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, conforme o caso.

12.12. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 dias, contado da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.13. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO.

12.14. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.15. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.15.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.15.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.15.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.15.4. os danos que dela provierem para a Administração;

12.15.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.16. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

12.17. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, hipótese em que todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma da Lei nº 14.133/2021.

12.19. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a possibilidade de extinção contratual, na forma da Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência poderá ser prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Na hipótese prevista no item anterior, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual, desde que não restrinja sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que poderá ser concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá, nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, reter eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O CONTRATADO será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia análise jurídica, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração contratual poderão ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade:
- II) Fonte de recursos:
- III) Programa de trabalho:
- IV) Elemento de despesa:
- V) Nota de empenho:

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cantagalo/RJ para dirimir os litígios decorrentes da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Cantagalo/RJ, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1.

2.

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médico-veterinários de castração de cães e gatos, machos e fêmeas, com implantação de microchip de identificação, a serem realizados por meio da Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde - Castramóvel pertencente ao Município de Cantagalo-RJ, abrangendo os cinco distritos e o Bairro Novo Horizonte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

Eu, [nome do representante legal], representante legal devidamente qualificado da empresa [nome da empresa], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], com sede à [endereço completo], DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a empresa:

- a) cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe e em seus anexos, estando ciente de todos os seus termos;
- b) apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos necessários à execução do objeto, inclusive aqueles relativos aos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega definitiva;
- c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- d) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) não possui, em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão;
- f) até a presente data, não possui fatos impeditivos para sua habilitação, não se encontra declarada inidônea, suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- g) tem ciência de que a falsidade de declaração prestada no presente certame poderá caracterizar o crime previsto no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021;
- h) teve acesso a todos os documentos que compõem o Edital e tomou conhecimento de todas as informações, condições e grau de dificuldade necessários à execução do objeto, dando concordância a todas as condições desta licitação, sem restrições de qualquer natureza, comprometendo-se, caso vencedora, a executar o objeto pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame, do Edital, do Termo de Referência e de seus anexos.

**[Cidade/UF], [dia] de [mês] de 2026.**

**[Nome do representante legal]  
[Cargo/função]  
[Nome da empresa]  
CNPJ nº [CNPJ]**

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIADA PELA LEI  
COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

**À Prefeitura Municipal de Cantagalo**

**Pregão Eletrônico: 90041/2026**

**Processo: 617/2026**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médico-veterinários de castração de cães e gatos, machos e fêmeas, com implantação de microchip de identificação, a serem realizados por meio da Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde — Castramóvel pertencente ao Município de Cantagalo-RJ, abrangendo os cinco distritos e o Bairro Novo Horizonte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

A empresa xxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a)xxxxxxxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx do CPF nº xxxxxxxx, DECLARA, sob as penas da lei, que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º, art. 4º da Lei nº 14.133/2021 .

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.

(representante legal).



**ANEXO V**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

À  
Prefeitura Municipal de Cantagalo  
Ref. Pregão Eletrônico nº 90041/2026.

Prezados Senhores

Apresentamos, a seguir, nossa proposta elaborada em conformidade com as especificações contidas no Edital de licitação em referência.

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médico-veterinários de castração de cães e gatos, machos e fêmeas, com implantação de microchip de identificação, a serem realizados por meio da Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde — Castramóvel pertencente ao Município de Cantagalo-RJ, abrangendo os cinco distritos e o Bairro Novo Horizonte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	U/S.	QUANT.	VR. UNIT.	VR. TOTAL
01	Prestação de serviços médico-veterinários de castração de cães e gatos, machos e fêmeas, com implantação de microchip de identificação, a serem realizados por meio da Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde - Castramóvel pertencente ao Município de Cantagalo-RJ, incluindo equipe técnica, insumos, medicamentos, materiais cirúrgicos, microchips, suporte pós-operatório e demais elementos necessários à plena execução do objeto.	Proc edim ento	624		
<b>VALOR DA CONTRATAÇÃO POR 12 MESES</b>					

VALIDADE DA PROPOSTA: ....(..) dias corridos a partir da abertura deste Pregão.

Declaramos, para os devidos fins, que consideramos, na formulação dos custos da proposta de preços, todos os custos necessários à plena execução do objeto, inclusive equipe técnica, responsável técnico, auxiliares, insumos, medicamentos, anestésicos, analgésicos, materiais cirúrgicos, microchips, leitor de chip, materiais de higiene, assepsia, antissepsia, esterilização, equipamentos, EPIs, suporte clínico emergencial, ações de educação em saúde, operação do Castramóvel, transporte, combustível, motorista, abastecimento de água e energia, limpeza, higienização, acondicionamento e destinação adequada dos resíduos, manutenção preventiva e corretiva da unidade e dos equipamentos, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguros e quaisquer outros custos diretos ou indiretos que incidam ou venham a incidir sobre o preço ofertado.

(Local), ..... de ..... de 2026.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA (Nome, assinatura)

## ANEXO VI

### MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE QUE DISPORÁ, POR OCASIÃO DA FUTURA CONTRATAÇÃO, DO APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO CONSIDERADOS ESSENCIAIS PARA A EXECUÇÃO CONTRATUAL

**Pregão Eletrônico nº 90041/2026**  
**Processo Administrativo nº 617/2026**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médico-veterinários de castração de cães e gatos, machos e fêmeas, com implantação de microchip de identificação, a serem realizados por meio da Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde — Castramóvel pertencente ao Município de Cantagalo-RJ, abrangendo os cinco distritos e o Bairro Novo Horizonte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.

A empresa **[nome da empresa]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, neste ato representada por **[nome do representante legal/procurador]**, inscrito no CPF sob o nº **[CPF]**, declara, para os devidos fins, que, por ocasião da futura contratação decorrente do Pregão Eletrônico nº **900XX/2026**, disporá das instalações, do aparelhamento, dos equipamentos, dos insumos e do pessoal técnico considerados essenciais para a plena execução do objeto contratual.

Declara, ainda, que estará apta a disponibilizar os recursos necessários à execução dos serviços, incluindo, no mínimo:

**1. Aparelhamento, equipamentos e insumos:** disponibilização dos equipamentos, instrumentais, materiais cirúrgicos, medicamentos, anestésicos, analgésicos, materiais de higiene, assepsia, antissepsia, esterilização, microchips, equipamentos de proteção individual e demais itens necessários à execução dos procedimentos, em quantidade e qualidade adequadas. Incluindo, quando aplicável, os recursos necessários à operação do Castramóvel/UMEES, transporte, motorista, combustível, abastecimento de água e energia, limpeza, higienização, manutenção preventiva e corretiva da unidade e dos equipamentos, acondicionamento e destinação adequada dos resíduos gerados, conforme Termo de Referência.

**2. Pessoal técnico:** disponibilização de equipe técnica qualificada, composta por médico-veterinário devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária — CRMV e auxiliar capacitado, bem como responsável técnico pelos serviços, observadas as exigências do Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável.

**3. Suporte clínico emergencial:** disponibilização de suporte clínico emergencial em regime de sobreaviso por 7 dias após cada procedimento, com clínica de referência para atendimento de urgências, sem ônus adicional para a Administração, conforme previsto no Termo de Referência.

A empresa declara estar ciente de que a ausência dos recursos essenciais à execução contratual poderá ensejar a aplicação das sanções cabíveis, sem prejuízo das demais consequências previstas no Edital, no Contrato e na legislação aplicável.

Declara, por fim, que as informações prestadas são verdadeiras, assumindo integral responsabilidade pela disponibilidade dos recursos necessários à execução contratual.

**[Cidade/UF], [dia] de [mês] de [ano].**

**[Nome do representante legal/procurador]  
CPF nº [CPF]**

**[Nome da empresa]  
CNPJ nº [CNPJ]**

**Observação:** emitir em papel que identifique a licitante.